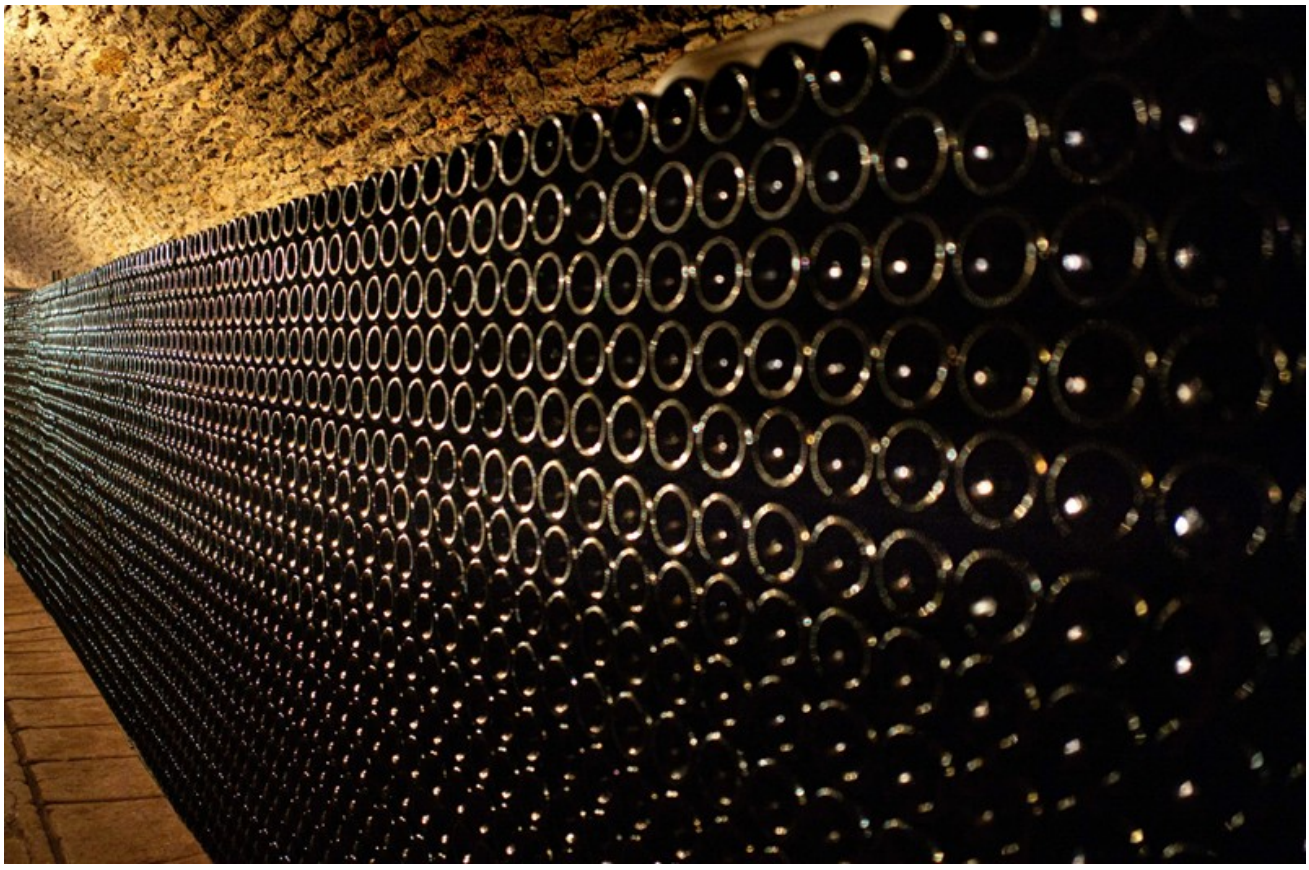
vinetur

Liga italiana propõe moratória de 12 meses nos empréstimos a produtores de vinho com stocks por vender

A alteração ao Orçamento permitiria às cooperativas em dificuldades adiar pagamentos durante um ano, caso obtenha aprovação parlamentar

terça-feira, 24 de novembro de 2026



O partido italiano Liga propôs suspender durante 12 meses os pagamentos de empréstimos de cooperativas vitivinícolas e produtores de vinho em dificuldades financeiras. A medida poderá dar algum fôlego temporário a uma parte do setor vitivinícola do país, enquanto as empresas enfrentam stocks por vender e uma tesouraria apertada.

A proposta foi apresentada a 20 de novembro por Riccardo Molinari, líder do partido na Câmara dos Deputados, sob a forma de uma alteração ao pacote orçamental italiano para 2027, segundo o I Grandi Vini, que cita a ANSA. A iniciativa destina-se a adegas cooperativas e a outras empresas vitivinícolas com situações de crédito problemáticas e grandes stocks de vinho por vender.

O plano pretende aliviar a pressão financeira imediata sobre as empresas, permitindo-lhes adiar os pagamentos dos empréstimos durante um ano e canalizar fundos para as necessidades operacionais. No caso das adegas cooperativas, a liquidez adicional poderá também ajudar a assegurar os pagamentos aos viticultores associados que entregam uvas à cooperativa, uma questão particularmente sensível quando o vinho permanece armazenado e ainda não pode gerar receitas de vendas.

A proposta surge num momento difícil para o setor vitivinícola italiano. Os produtores procuram equilibrar a oferta, a procura e o peso financeiro de manter grandes stocks. O vinho armazenado continua a ser um ativo nas contas das empresas, mas também imobiliza fundos de que estas poderão precisar para pagar salários, fornecedores, obrigações bancárias e outras despesas correntes. Nesse sentido, uma pausa temporária nos pagamentos da dívida poderá ajudar algumas adegas a gerir a liquidez e a reduzir o risco de a pressão nas caves se propagar pela cadeia de abastecimento até aos viticultores e a outras empresas do setor das bebidas.

Ainda assim, a alteração continua a ser apenas uma proposta. Não está ainda em vigor e terá de ser analisada durante o processo parlamentar relativo à lei do Orçamento para 2027. O âmbito final da medida, os critérios de elegibilidade e o processo de candidatura ainda não foram divulgados.

Há ainda várias questões práticas por resolver. Não é claro que empresas poderão beneficiar da medida para além da referência genérica a cooperativas e empresas vitivinícolas em dificuldades, nem foi especificado se a suspensão abrangeria apenas a componente de capital de cada prestação ou também os juros. Esta incerteza impede as empresas de saberem, por enquanto, qual o alívio de que poderão beneficiar ou se cumprirão os requisitos definitivos.

A proposta tem um âmbito restrito e centra-se nas empresas consideradas mais expostas à desaceleração do mercado. Segundo a descrição divulgada pelo I Grandi Vini, a medida destinar-se-ia a adegas sobrecarregadas com stocks por vender e dificuldades financeiras, em vez de proporcionar um apoio generalizado a todo o setor agrícola.

A par da moratória dos empréstimos, a Liga anunciou uma alteração separada que acrescentaria 40 milhões de euros ao programa Agriculture 4.0 ao longo de dois anos, com o objetivo de apoiar o investimento em tecnologia e inovação no setor agrícola. Molinari afirmou que a intenção era evitar que empresas que tivessem planeado ou iniciado investimentos com base nos incentivos previstos fossem obrigadas a suportar custos mais elevados devido à insuficiência do financiamento público.

As duas propostas abordam diferentes aspetos dos problemas de financiamento das empresas agrícolas. A moratória dos empréstimos procuraria adiar os pagamentos da dívida e preservar liquidez a curto prazo, enquanto o financiamento do Agriculture 4.0 apoiaria planos de investimento a mais longo prazo. Para os produtores de vinho, a primeira medida poderá proporcionar um apoio imediato à liquidez, mas não resolverá, por si só, o desafio comercial de escoar grandes volumes de vinho que já se encontram armazenados.

Por enquanto, o impacto da proposta dependerá da sua aprovação pelo Parlamento e das condições que os legisladores venham a estabelecer. Até lá, as adegas e cooperativas italianas que poderão beneficiar do plano terão de esperar por informações sobre quem será elegível, que custos serão efetivamente suspensos e quando poderá começar a ser concedido algum alívio.